



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLANDIA nº. 32/2026

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2026.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Natura Agropecuária Participações Ltda	CPF/CNPJ: 44.646.229/0001-73
Endereço: Av. do Bálsamo, 298 Sala 127 Prédio A	Bairro: Jaraguá
Município: Uberlândia	UF: MG
Telefone: (34) 99996-0198	CEP: 38413-135
E-mail: laura.guimaraes@costaambiental.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF: MG
Telefone:	CEP:
E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Bom Jardim, constituído pela Gleba L1 e L2	Área Total (ha): 33,6337
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 248.270 e 240.271	Município/UF: Uberlândia/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-5F91.D5F4.0257.4363.95C1.1676.B38F.6FF0	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	240	unidades

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)		
			Fuso	X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	122	un	22 K	787.017,8	7.896.564,28
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área		Especificação			Área (ha)
Agricultura		Área útil			24,3
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)
Cerrado	Outros-Corte de Árvores Isoladas				24,3
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação			Quantidade	Unidade
Lenha floresta nativa	Lenha			73,0922	m³
Madeira floresta nativa	Madeira			18,2731	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 04/11/2025

Data da vistoria remota: 17/11/2025

Data de solicitação de informações complementares: 17/11/2025

Data do recebimento de informações complementares: 22/01/2026

Data de emissão do parecer técnico: 29/01/2026

2. OBJETIVO

O objetivo da intervenção ambiental requerida, através do corte de 240 (Duzentas e quarenta) árvores isoladas vivas, visa à implantação de atividades agrossilvipastoris.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A empresa Natura Agropecuária Participações Ltda, proprietária das Fazendas Bom Jardim, constituído pela Gleba L1 e Gleba L2 - Matrículas nºs. 248.270 e 248.271, com área total de 33,6337 ha, localizada na zona rural do município de Uberlândia/MG que possui cobertura vegetal nativa de 15,94%. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, com tipologia vegetal de Cerrado de acordo com IDE-Sisema. Coordenadas geográficas UTM 22K 787.017,8 e 7.896.564,28.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3170206-5F91.D5F4.0257.4363.95C1.1676.B38F.6FF0

- Área total: 33,6667ha 0

- Área de reserva legal: 23,2435ha

- Área de preservação permanente: 6,9873ha

- Área de uso antrópico consolidado: 29,5865ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 6,64ha

() A área está em recuperação: 0 ha

() A área deverá ser recuperada: 0 ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

MG-3170206-1F47.D58A.3438.448D.A3ED.BF98.825C.90C8

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

() Dentro do próprio imóvel

(X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade (Averbação AV-2-252.839)

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01

- Parecer sobre o CAR:

“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado, correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica remota realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A empresa exploradora Natura Agropecuária Participações Ltda. pleiteia a realização do corte de **240 (duzentos e quarenta)** indivíduos arbóreos isolados vivos, inseridos em uma área de 24,3 ha, localizada em área antropizada de pastagem, com a finalidade de viabilizar o desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris.

De acordo com o levantamento apresentado pela planilha anexa ao processo [\(131754589\)](#) a ocorrência de espécies protegidas por Lei, sendo 04 (quatro) indivíduos da espécie Caryocar brasiliense - Pequi, 01 (um) indivíduos da espécie Handroanthus Ochraceus - Ipê Amarelo, protegidas por Lei e 01 (um) indivíduo da espécie Paubrasilia Echinata - Pau Brasil, considerada ameaçada de extinção conforme Portaria MMA 148/2022 essas árvores serão suprimidas de acordo com a legislação e portaria vigente.

Conforme informado no requerimento, o rendimento lenhoso é de 303,0827 m³ de lenha e 75,7707 m³ madeira, os quais serão doados.

Foi apresentado o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF [\(123095963\)](#), como proposta de compensação dos Pequis, Ipês e a Pau Brasil que serão suprimidos.

Taxa de Expediente: R\$ 824,12 - 15/09/2025

Taxa Florestal Lenha: R\$ 2.346,89 - 15/09/2025

Taxa Florestal Madeira: R\$ 3.918,47 - 15/09/2025

Obs: A taxa florestal de lenha e madeira foram pagas com rendimento maior.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor:**23139233**

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

A propriedade encontra-se em área de extrema prioridade para conservação da biodiversidade e de baixa a média vulnerabilidade natural, segundo análise do IDE. Não está localizada próxima a Unidade de conservação. Está inserida dentro do bioma cerrado de acordo com a análise do mapa de biomas do IBGE, com tipologia vegetal de Cerrado. De acordo com os estudos apresentados e após a análise técnica não existem restrições ambientais na área de intervenção requerida conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>.

- Vulnerabilidade natural: baixa a média
- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Extrema
- Unidade de conservação: Não
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não
- Outras restrições: Não

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
- Classe do empreendimento:
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: Não passível
- Número do documento: -

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada de forma remota em 17/11/2025, utilizando-se ferramentas geo espaciais: Google Earth e IDE-Sisema, a fim de verificar se a árvore estava localizada em áreas protegidas do imóvel rural (Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal). Através dessa análise verificou-se que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Relevo suave ondulado e ondulado
- Solo: LVd1 - - Latossolo Vermelho Distrófico
- Hidrografia: A área de estudo está inserida na bacia hidrográfica federal do rio Paranaíba,

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A área destinada à supressão apresenta vegetação originalmente correspondente à fitofisionomia de cerrado, com predominância de espécies típicas de cerradão, evidenciadas pela presença de Astronium urundeuva (aroeira), Bowdichia virgilioides (sucupira), Caryocar brasiliense (pequi), Copaifera langsdorffii (copaíba), Handroanthus albus (ipê-amarelo), Hymenaea courbaril (jatobá), Paubrasilia echinata (pau-brasil),

Plathymenia reticulata (vinhático), Pouteria torta (curriola), Pterogyne nitens (amendoim-bravo), Qualea grandifolia e Qualea parviflora (pau-terra), Rapanea guianensis (capororoca) e Terminalia argentea (capitão-do-campo).

- Fauna: As principais espécies encontradas foram: bem-te-vi, sabiás, anu-branco, além de aves de rapina como o carcará, que se beneficiam da paisagem antrópica

5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, análise de imagens de satélite e utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA, verificou-se que as 240 (duzentas e quarenta) árvores isoladas vivas, distribuídas em uma área de 24,30 hectares, cuja supressão visa à viabilização da implantação de atividades agrossilvipastoris.

Constatou-se que a área encontra-se antropizada antes de 22 de Julho de 2008, conforme comprovação por imagens históricas e confirmação do uso antrópico consolidado a partir da base MapBiomias - Coleção 9.

De acordo com levantamento florístico apresentado ([131754589](#)), foram identificados indivíduos de espécies legalmente protegidas por lei e ameaçadas de extinção, sendo:

- 04 (quatro) indivíduos da espécie Caryocar brasiliense (Pequi);
- 01 (um) indivíduos da espécie Handroanthus ochraceus (Ipê-Amarelo);
- 01 (um) indivíduo da espécie Paubrasilia Echinata - (Pau Brasil).

As referidas espécies encontram-se inseridas na área total de 24,30 ha e são protegidas por legislação específica, bem como classificadas como ameaçadas de extinção, conforme a legislação ambiental vigente.

A **Lei Estadual nº 20.308/2012**, que dispõe sobre a proteção do pequi (Caryocar brasiliense), estabelece, em seu art. 2º, inciso III, que a supressão da espécie poderá ser autorizada em **área rural antropizada até 22 de julho de 2008**, quando a manutenção do indivíduo dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

De igual modo, a **Lei Estadual nº 9.743/1988**, que dispõe sobre a proteção do ipê-amarelo (Handroanthus ochraceus), prevê, em seu art. 2º, inciso III, a possibilidade de supressão da espécie em **área rural antropizada até 22 de julho de 2008** ou em pousio, quando a manutenção do espécime inviabilizar a implantação de projeto agrossilvipastoril, condicionada à autorização do órgão ambiental competente.

Quanto às espécies ameaçadas de extinção constantes na **Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022**, a supressão poderá ser autorizada em caráter excepcional, desde que atendidos os requisitos previstos nos arts. 26 e 73 do **Decreto Estadual nº 47.749/2019** e no art. 29 da **Resolução Conjunta IEF/SEMAD nº 3.102/2021**, especialmente quando comprovada a essencialidade da supressão para a viabilidade do empreendimento.

A **Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102/2021** estabelece, ainda, a obrigatoriedade de compensação ambiental, a ser definida conforme a categoria de ameaça da espécie, nos seguintes quantitativos:

10 (dez) mudas por exemplar autorizado, para espécies classificadas como Vulnerável (VU);

20 (vinte) mudas por exemplar autorizado, para espécies classificadas como Em Perigo (EM);

25 (vinte e cinco) mudas por exemplar autorizado, para espécies classificadas como Criticamente em Perigo (CR).

Foi apresentado o Projeto Técnico de Restauração/Reconstituição Florestal - PTRF ([123095963](#)), para a compensação de **04 (quatro) indivíduos da espécie Caryocar brasiliense - Pequi, 01 (um) indivíduos da espécie Handroanthus Ochraceus - Ipê Amarelo**, protegidas por Lei e **01 (um) indivíduo da espécie Paubrasilia Echinata - Pau Brasil**, espécie ameaçada de extinção, conforme discriminado:

- Pelo corte de **04 (quatro) indivíduos de Pequi (Caryocar brasiliense)**, será realizado o plantio de **20 (vinte) mudas de pequi**, na proporção de **5:1**.
- Pelo corte de **01 (um) indivíduo de Ipê-amarelo (Handroanthus ochraceus)**, será realizado o plantio de **01 (uma) muda de ipê-amarelo**, na proporção de **1:1**.
- Pelo corte de **01 (um) indivíduo de Pau-brasil (Paubrasilia echinata)**, será realizado o plantio de **20 (vinte) mudas de Pau-Brasil**, na proporção de **20:1**.

As mudas destinadas à compensação florestal deverão ser implantadas de forma imediata, dentro do próprio imóvel, com o objetivo de promover a recomposição da cobertura vegetal e a recuperação ambiental da área, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

O projeto técnico está sob a responsabilidade da Engenheira Florestal Ana Júlia de Melo Silva, Registro nº 419381 - CREA/MG, e da Bióloga Luiza Guimarães Machado, Registro nº CRBio 140525/04-D.

Após análise técnica, o processo recebe **DEFERIMENTO PARCIAL**, autorizando o corte de **122 (cento e vinte e duas) árvores isoladas nativas vivas**, correspondendo a um volume estimado de **73,0922 m³ de lenha** e **18,2731 m³ de madeira**, a serem destinados à doação.

As árvores autorizadas não se encontram em áreas de preservação permanente (APP) ou Reserva Legal, conforme verificado em mapa planimétrico e arquivos digitais.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impacto Ambiental	Medida Mitigadoras e Compensatórias
Perda de indivíduos arbóreos	Manter preservadas as áreas protegidas da propriedade
Corte de 10 pequis (espécie protegida)	Plano Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF) com o reflorestamento de 20 Pequis (4 – 5:1); 01 Ipê amarelo (1 – 1:1) e 20 Pau-Brail (1 - 20:1)

6. CONTROLE PROCESSUAL

Não se aplica.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO PARCIAL** do requerimento de corte de **122 (cento e vinte duas) árvores isoladas** em uma área de 24,3 ha, localizada na propriedade Fazenda Bom Jardim, constituído pela Gleba L1 e L2, Matrículas nºs 248.270 e 248.271. Foi constatado através de mapa planimétrico e dos arquivos digitais que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas (APP e Reserva Legal).

O rendimento lenhoso estimado é de 73,0922 m³ de lenha e 18,2731 m³ de madeira, que serão destinados à doação.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

1. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 20 mudas de pequi, como medida compensatória pela supressão de 04 indivíduos da espécie, na proporção de 5:1 nos termos da Lei 10.883/1992.
2. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 01 mudas de ipê-amarelo como medida compensatória pela supressão de 01 indivíduos da espécie, na proporção de (1:1) nos termos da Lei 9.743/1988.

3. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 20 mudas de pau brasil como medida compensatória pela supressão de 01 indivíduos da espécie, na proporção de (20:1) nos termos da Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022
4. A área destinada à execução do PTRF possui 279 m², ao longo da Área de Preservação Permanente (APP) , com coordenadas de referência 787.143,65 e Y: 7.896.533,94, Fuso 22K.
5. Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, § 4º e Lei 9.743/1988, artigo 2º, § 3º. Primeiro relatório deve ser apresentado 6 meses após a implantação do PTRF que deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo.
6. Dentre as 122 (cento e vinte e duas) árvores autorizadas, encontram-se 04 (quatro) indivíduos de pequiizeiro, 01 (um) indivíduo de ipê-amarelo e 01 (um) indivíduo de pau-brasil, os quais são passíveis de autorização, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 10.883/1992, do art. 2º, inciso III, da Lei nº 9.743/1988, da Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, e da Resolução Conjunta IEF/SEMAD nº 3.102/2021.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal Lenha: R\$ 3.173,98 - 30/01/2026

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(X) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos.	6 meses após início do PTRF
2	Apresentar relatório técnico fotográfico da evolução do PTRF apresentado nos estudos.	Anualmente por 5 anos

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Patrícia Fernandes Tavares Pacheco

MASP: 1.578.225-3



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Fernandes Tavares Pacheco, Gerente**, em 05/02/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **132665112** e o código CRC **D22C8076**.